Além das grades e fronteiras: compreendendo o encarceramento feminino em um contexto trinacional

Victor Jorge Lagnani Chamorro¹
Maria Elena Pires Santos²

Resumo: Os conceitos de prisão e fronteira têm aspectos expansionistas, separatistas e agregadores que muitas vezes são ignorados nos estudos acadêmicos. Na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, essas dimensões são relevantes devido à territorialidade prisional na fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Isso influencia a população carcerária feminina e os fatores que as levaram ao crime. A maioria dessas mulheres apresenta baixa escolaridade, pobreza e desestruturação familiar, fatores ligados ao estigma carcerário. O tráfico de drogas, por sua vez, é um elemento comum no cárcere, refletindo os desafios sociais existentes na fronteira. Este trabalho se baseia nos ensinamentos do geógrafo Élisée Reclus, que contestam a divisão e segregação das fronteiras em prol da cooperação entre comunidades. Dessa forma, o estudo visa compreender como a tríplice fronteira afeta as mulheres na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e a metodologia de tratamento penal aplicada. Foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa para analisar as nuances desses temas, que resultou na constatação de que o contexto fronteiriço afeta as mulheres no cárcere, refletindo as assimetrias e simetrias da fronteira, especialmente as vulnerabilidades socioeconômicas e emocionais, como condutores para o envolvimento dessas mulheres no tráfico de drogas. A investigação destaca a necessidade de políticas públicas para lidar com essas questões socioeconômicas na prevenção e reabilitação.

Palavras-chave: Prisão. Fronteira. Territorialidade. Tráfico de Drogas. Perfil Carcerário.

¹ Doutorando no PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Membro do Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão Fronteiras, Estado e Relações Sociais - LAFRONT. E-mail: victorjorgetab@gmail.com

² Doutorado e Pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e UFSC. Coordenadora do GT ANPOLL: Transculturalidade, Linguagem e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares: Políticas Linguísticas, Diversidades e Fronteiras. Professora do PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: mepires@gmail.com

Beyond bars and borders: understanding female incarceration in a trinational context

Abstract: The concepts of prison and border have expansionist, separatist and aggregative aspects that are often ignored in academic studies. At the Foz do Iguaçu Women's Penitentiary, these dimensions are relevant due to the prison territoriality on the trinational border between Brazil, Paraguay and Argentina. This influences the female prison population and the factors that led them to crime. The majority of these women have low education, poverty and family disruption, factors linked to prison stigma. Drug trafficking, in turn, is a common element in prison, reflecting the social challenges that exist at the border. This work is based on the teachings of geographer Élisée Reclus, who contest the division and segregation of borders in favor of cooperation between communities. Thus, the study aims to understand how the triple border affects women in the Foz do Iguaçu Women's Penitentiary and the criminal treatment methodology applied. Exploratory research with a qualitative approach was carried out to analyze the nuances of these themes, which resulted in the finding that the border context affects women in prison, reflecting the asymmetries and symmetries of the border, especially socioeconomic and emotional vulnerabilities, as drivers for involvement of these women in drug trafficking. The investigation highlights the need for public policies to deal with these socioeconomic issues in prevention and rehabilitation.

Keywords: Prison. Border. Territoriality. Drug Trafficking. Prison Profile.

I Introdução

Os conceitos de prisão e fronteira possuem dimensões que incluem aspectos expansionistas, separatistas e agregadores (Águas, 2013), que muitas vezes são negligenciados nos estudos sobre tais assuntos. Na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, essas dimensões estão presentes e são especialmente relevantes, pois estão incorporadas nos aspectos extrínsecos e intrínsecos da territorialidade³ prisional dessa unidade,

³ “Territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo” (Raffestin, 1993, p. 160).

amalgamadas ao contexto da fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Isto significa dizer que ambos, prisão e fronteira, são apenas dimensões de um mesmo território⁴.

Dessa forma, esse contexto fronteiriço trinacional tem influenciado diretamente a composição e o perfil da população carcerária feminina de Foz do Iguaçu, além de potencializar os fatores que as conduziram ao cárcere. As condições de vida, as relações de poder e as dinâmicas socioeconômicas locais e globais, aliadas às ausências estatais, à intensificação da criminalização, aos processos de sedução aos ilegalismos de fronteira e às múltiplas vulnerabilidades pessoais, familiares e emocionais, foram determinantes para que essas mulheres cometessem crimes. Esses fatores continuam agindo intensamente dentro do cárcere.

Essas mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu, em sua maioria, apresentam características reveladoras, que demonstram conexões com fatores ligados à baixa escolaridade, pobreza, desigualdade social, desestruturação familiar, violência e crimes fronteiriços, seguindo uma tendência nacional. Esses fatores combinados, são determinantes na formação do estigma carcerário, considerado a principal barreira para a efetiva reabilitação social dos egressos do sistema penitenciário (Chamorro, 2023).

O tráfico de drogas emerge, também, como o principal componente que une essas mulheres no território prisional, conforme demonstra a análise dos dados penitenciários oficiais brasileiros. Essa constatação exige uma investigação detalhada de alguns elementos essenciais desse movimento que as transportou da sociedade livre ao cárcere.

Fora do cárcere, os contextos sociais das internas são igualmente complexos. A fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina acrescenta uma camada adicional de desafios, onde a economia informal e a permeabilidade das fronteiras (Cardin, 2012), em movimentos estatais equivocados de rigidez burocrático nacionalista, facilitam a movimentação do tráfico de drogas e o processo de aliciamento. As trajetórias dessas mulheres, frequentemente, refletem uma busca por alternativas em um ambiente de escassas oportunidades, culminando em escolhas que resultam na privação de liberdade.

⁴ Território é um produto das relações de poder, interações e transformações exercidas por atores dispostos no espaço em determinado contexto histórico (Raffestin, 1993).

O embasamento teórico que abriga este trabalho, é alicerçado nos ensinamentos de Élisée Reclus (1878), geógrafo francês, que em 1906, ousou contestar a centralidade racionalista da época, trazendo um novo paradigma libertário para a geografia ao problematizar as concepções tradicionais de fronteira que visualizam exclusivamente a finalidade de dividirem e segregarem a humanidade, como modelos de manutenção de poder e submissão hegemônica (Ferretti, 2014). As abordagens sobre fronteiras defendidas por Élisée Reclus (1878), ao contrário dos pensadores que pugnam por ilusórios limites artificiais, compreendem as fronteiras mais solidárias em relação ao espaço e aos territórios, onde haja cooperação e harmonia entre as diferentes comunidades. O trabalho também promove diálogos integradores com diversos estudos importantes para a compreensão da fronteira trinacional, os movimentos conceituais e factuais dessa territorialidade e a realidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu.

Isto posto, o principal objetivo dessa investigação é compreender e analisar como os aspectos sociais, econômicos e de segurança da tríplice fronteira, Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina), se manifestam nas pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e quais são os possíveis impactos na vida dessas mulheres e na metodologia de tratamento penal aplicada, denominada Unidade de Progressão (UP).

A trajetória metodológica escolhida para alcançar esse objetivo foi efetivada através de pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa, dentro do paradigma interpretativista. Com isso, foi possível estabelecer a compreensão das diversas nuances dos assuntos abordados, o estabelecimento de relações e análises triangulares entre os principais conceitos e temas emergentes da fundamentação teórica, documentos e análise dos dados socioeconômicos e criminais das internas da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, referente a julho 2024.

Assim, a pesquisa conseguiu analisar e explicar que as políticas fronteiriças associadas aos movimentos expansionistas e separatistas são replicadas no ambiente carcerário feminino de Foz do Iguaçu, uma vez que esse território reflete todas as assimetrias e simetrias conjunturais existentes na fronteira. Essas questões se manifestam no perfil vulnerável das mulheres privadas de liberdade, que, na sua maioria, se envolveram no tráfico de drogas, influenciadas por forças tridimensionais que exacerbam a criminalidade, os ilegalismos de fronteira e as fragilidades socioeconômicas e emocionais. Nesse sentido, conclui-se que a conjuntura socioeconômica e

criminal da tríplice fronteira pode influenciar a vida das mulheres vulneráveis da região e a eficácia da metodologia UP, portanto, tais componentes devem ser avaliados no processo de punição e recuperação.

O aspecto diferencial do trabalho é revelar que as mazelas socioeconômicas da fronteira trinacional se reproduzem no perfil das mulheres presas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, especialmente o elevado envolvimento dessas mulheres com o tráfico de drogas. Essas questões, que têm origem na sociedade livre, persistem na sociedade encarcerada, e são potencializadas pelo ambiente prisional. A investigação destaca como as vulnerabilidades e desigualdades que caracterizam a vida na fronteira são refletidas na população carcerária feminina, indicando que os mesmos fatores que levam essas mulheres ao crime continuam a influenciar suas vidas dentro da prisão. Isso sugere a necessidade de políticas públicas que abordem essas raízes socioeconômicas tanto na prevenção quanto na reabilitação, visando uma mudança significativa e duradoura.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. Depois desta introdução, são discutidos os conceitos de prisão e fronteira e o processo de entrelaçamento desses temas. Na sequência é definido o perfil das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu. A quarta seção apresenta os fatores pendulares de criminalização e encarceramento feminino e, por fim, a última seção, as considerações finais.

II Prisão e fronteira: o entrelaçamento de conceitos

Conceitos como prisão e fronteira possuem similitudes que podem revelar aspectos (des)humanos de suas características e implicações sociais, especialmente em unidades prisionais situadas em regiões fronteiriças. A Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, foco desta investigação, exemplifica essa situação. Por estar localizada na fronteira trinacional entre Brasil, Argentina e Paraguai, é crucial entender como os aspectos regionais influenciam na territorialidade prisional e a composição da população carcerária dessa unidade.

Antes de qualquer incursão teórica, é importante compreender que as prisões, dentro de uma concepção mais generalista, são classificadas como instituições destinadas ao cumprimento de pena e detenções processuais provisórias, que guardam mecanismos de controle e vigilância

sobre os indivíduos que descumpriram as leis penais do país, com processos de separação, exclusão, segurança, ordem, gerenciamento de populações e espaços de exceção (Foucault, 2012).

Ainda que haja um apelo normativo utópico de ressocialização social (Bogo; Rotta Almeida, 2019), a prisão, no seu modelo tradicional, continua a exercer o papel de engrenagem de um sistema de controle social, que materializa aspectos disciplinares modernos e relações de poder, com a aplicação de tecnologias e mecanismos de vigilância constante, regulamentação conjuntural, normatização e homogeneidade de comportamentos, com a finalidade de moldar e conter indivíduos que quebraram as leis socialmente instituídas (Foucault, 2012).

Por outro lado, as prisões são instituições que materializam as regras de um poder central. Além de conter os corpos, elas buscam transformar identidades e comportamentos, forçando uma reconstrução de acordo com as normas institucionais. Esse processo suprime individualidades em favor de uma uniformização grupal, adequada ao que é definido como normal e aceitável na sociedade (Goffman, 1980).

Ou, ainda, uma avaliação mais concentrada no processo moderno de encarceramento em massa, que define as prisões como uma resposta ao movimento econômico neoliberal e às políticas sociais excludentes que conduzem contingentes populacionais pobres ao cárcere e às periferias, como meios de controle e marginalização de desvalidos economicamente ou minorias insurgentes do modo de produção capitalista. São políticas públicas mais fáceis e ideologicamente sensacionalistas, que ignoram as raízes das desigualdades sociais (Wacquant, 2001).

Nesse sentido, o entrelaçamento conceitual entre prisões e fronteiras revela correlações em diversos aspectos, ou melhor, dimensões de um território multidimensional e escalar (Haesbaert, 2006; Saquet; Briskievicz, 2009). Nas fronteiras, por exemplo, os mesmos mecanismos de controle e vigilância estão presentes, aplicados ao controle de fluxos de pessoas, bens e ideias, especialmente através de tecnologias e regulação estatal. Esses processos incluem a separação e exclusão, baseados na concepção securitária de divisão de espaços territoriais soberanos e nos requisitos normativos de defesa, entrada e saída de pessoas e bens.

Além disso, há um foco nos processos de segurança, ordem e gerenciamento de populações, com um forte discurso sobre segurança nacional, ordem pública, combate ao crime e controle da mobilidade de grupos, como migrantes 'ilegais' e práticas transfronteiriças ilícitas. Esses

espaços também são arenas de poder e simbolismo, defendendo representações geopolíticas, econômicas e ideológicas que frequentemente ignoram os aspectos socioculturais e identitários das populações locais (Cardin; Albuquerque, 2018).

Contudo, a compreensão das nuances do conceito de fronteira, deve ir além de questões ligadas ao plano de segurança, controle e limites territoriais, avançando para enfoques que integrem ao conceito as suas territorialidades multiculturais e multidimensionais (Raffestin, 1993), com seus próprios valores, liberdades, movimentos, identidades e representações, como outrora defendido pela teoria de Elisee Reclus⁵ sobre os aspectos universalistas, fraternais e humanos da fronteira (Nogueira, 2011). Esse entendimento ampliado de fronteira, em um processo de arrastamento natural, trará consigo outras visões sobre territorialidade prisional, que serão determinantes para o entendimento de como a fronteira e a sua conjuntura influenciam no direcionamento de mulheres ao cárcere em Foz do Iguaçu. Pontos que serão abordados pormenorizadamente na próxima seção.

No entanto, o que importa neste momento é compreender como os teóricos vêm construindo referido conceito, percorrendo as diversas dimensões do assunto. Ora com avanços; ora com retrocessos, conforme proposto por Águas (2013), coexistem a fronteira que progride, a fronteira que isola e a fronteira que integra, cada uma com teóricos e pontos de vistas que são utilizados, muitas vezes, de acordo com os interesses de seus defensores (Águas, 2013).

A fronteira que progride, ou a fronteira expansionista, foi inicialmente defendida por Frederick Jackson Turner, em 1893, na obra *The Frontier in American History*, onde são lançadas as bases teóricas do conceito contemporâneo de fronteira, compreendendo o movimento expansionista americano para o Oeste como elemento central da formação da identidade nacional e o desenvolvimento do Estado genuinamente estadunidense. A fronteira foi retratada como um campo de oportunidades e de reforço de uma identidade nacional, bem como um espaço de mobilidade social e econômica que permitiram a criação de uma cultura

⁵ Élisée Reclus, que escreveu a obra: *Nova geografia universal*, em 1906, defende que a fronteira é um conceito fluido e dinâmico, refletindo mais uma zona de interação e transformação do que uma linha rígida e fixa. Em sua visão, as fronteiras são moldadas tanto por elementos geográficos quanto por relações humanas, servindo como espaços onde diferentes culturas e comunidades se encontram, interagem e influenciam mutuamente (Eva, 2005, p. 32).

única, democrática e cheia de oportunidades, desconectada do processo de formação europeia das antigas colônias americanas (Turner, 2010).

Este processo expansionista, mesmo ignorando as culturas, valores e identidades dos povos originários, seria capaz de sedimentar, nas terras conquistadas ou desbravadas, novas culturas nacionalistas e a posse territorial, pautadas no individualismo, na inovação e no progresso como elementos fundantes do desenvolvimento socioeconômico local. Essa postura progressiva teria a aptidão de forjar uma identidade coletiva e institucional, que com o tempo se irradiaria para todo o país (Turner, 2010; Águas, 2013).

Os princípios impregnados na teoria expansionista de Turner foram muito bem explorados ao longo do século XX, e ainda o são em ocasiões populistas especiais, pois robustecem ações institucionais ou de grupos hegemônicos que visam ocupar territórios, sob o argumento de tomar posse dos espaços abandonados ou sem dono e formar uma territorialidade própria ou de civilizar os não-civilizados (Hannerz, 1997; Martins, 2019).

O movimento expansionista, aqui retratado, pressupõe um distanciamento do centro de poder político e econômico do país, acarretando variações de intensidade nas intervenções e na forma como o processo ocorre na região ocupada, impactando a vida das pessoas envolvidas. Maior força e controle central tendem a imprimir maior rigidez ao processo, enquanto um controle central mais fraco resulta em interações mais fluídas e criativas, além de uma desigualdade mais acentuada, com o fortalecimento de micropoderes locais (Águas, 2013).

Contudo, as teorias de Turner, mesmo que camufladas em roupagens mais modernas, continuam a subsidiar estudos e ações estatais com vieses ideológicos limitantes sobre o conceito de fronteira, que fomentam ainda discussões e intervenções institucionais em áreas de conflito e faixas de fronteira, blocos regionais, financiamento e investimento nacionais e internacionais, políticas de segurança, defesa, fiscalizações e controles de toda a ordem, relacionados aos limites soberanos (Cardin; Albuquerque, 2018).

Em uma espécie de processo evolutivo do expansionismo, surge a dimensão da fronteira que isola, que separa. Nesta seara, as abordagens estão preocupadas com as linhas divisórias, com as limitações dos espaços, com a formação de uma simbologia conservadora que defende o território nacional, a jurisdição, a soberania e a salvaguarda de uma ilusória

comunidade nacionalista homogênea (Águas, 2013; Gediel; Mendes Barbosa, 2021).

Essas separações, utópicas, diga-se de passagem, querem transmitir ao povo de “dentro” e de “fora” que as linhas de demarcação jurídico políticas encerram uma cultura própria, pura, diferente de tudo o que está fora do território nacional. Em planos práticos, essa forma de pensar a fronteira costuma estar presente nas inúmeras regras estatais, que procuram regulamentar e, simbolicamente, transmitir uma impressão de controle absoluto sobre tudo o que acontece no território nacional, a exemplo das questões envolvendo a segurança interna e externa, questões aduaneiras, migração, cidadania, vigilância fitossanitária, importação e exportação, moeda, bens, ideias, entre outros. Em síntese, é o exercício interno do poder e a manifestação dissuasória externa desse mesmo poder (Friedman; Moreira, 2001).

Aquele que não está inserido dentro desse território, dentro dessa relação interna, é considerado estranho, pronto para se tornar um transgressor da lei, muitas vezes por apenas exercitar uma cultura de fronteira, existente muito antes da formulação das regulamentações estatais. Isso explica como muitos comportamentos de habitantes fronteiriços foram, abruptamente, transformados em ilegalismos, conduzindo-os inopinadamente ao cárcere (Friedman; Moreira, 2001; Cardin; Albuquerque, 2018).

Ainda com todas essas dimensões restritivas de fronteira, que em algumas situações ganham prestígio e reforço de setores do Estado e agentes públicos que ignoram a historicidade das comunidades envolvidas, existe uma força social que vai muito além dos preceitos estatais e das vontades hegemônicas. São os habitantes das fronteiras que integram, que unem as pessoas, que defendem e exercitam uma cultura própria. Esse movimento que se insurge à centralização de poder do Estado, compreende as fronteiras como territórios dinâmicos, funcionais, que se adequam às características do grupo, ao seu modo de vida, pressupondo acima de tudo liberdade, identidade e movimento (Eva, 2005).

Neste sentido, uma identidade fronteiriça integradora possui componentes de resistência e é forjada nos acontecimentos históricos das comunidades, representações e símbolos que construíram e transformam o significado dessa territorialidade, desse verdadeiro habitus. São espaços únicos construídos por meio das relações entre os indivíduos e os espaços

de fronteira, com sentimentos, memória, linguagem, alteridades, representações e vivência (Cardin; Albuquerque, 2018).

Bourdieu (1992) explica que a criação do habitus configura-se como um processo de conciliação entre as realidades individuais e as estruturas sociais externas, que se manifestam nas disposições vivenciais duradouras e nos padrões de comportamento dos indivíduos. São produtos da socialização, constituídos nas relações familiares, educação, crenças, trabalho e socializações de toda a ordem. O habitus se destaca pelos diálogos, pelas trocas cotidianas e recíprocas do mundo concreto e do mundo subjetivo dos indivíduos, estruturados e (re)construídos nas experiências práticas, uma “subjetividade socializada” (Bourdieu, 1992, p. 101).

Isso significa dizer que o habitus de fronteira tem a capacidade de agregar as diferenças, trazendo uma espécie de homogeneidade fronteira, materializada em preferências, comportamentos, estímulos conjunturais e trajetórias sociais. Isso explica, de certa forma, como as outras dimensões da fronteira, a que expande e a que separa, não conseguem desvendar de forma plena esse universo social.

Contudo, Bourdieu (1992) esclarece que o habitus pode sofrer ajustes e desajustes diante de situações extraordinárias que transformem a conjuntura social de forma duradoura, pois ele não é um sistema fechado e imutável. O processo adaptativo ou a imposição sistemática de mudanças ao longo do tempo podem alterá-lo. No entanto, sempre haverá elementos de resistência pautados em valores e relações sociais mais densas, como a família, a vizinhança, a origem, a etnia, que possuem simbolismos, narrativas, sentimentos e memórias muito particulares. (Bourdieu, 1992; Cardin; Albuquerque, 2018).

Em síntese, a prática de fronteira está impregnada com todas as dimensões teóricas discutidas até aqui, especialmente quando tais dimensões são confrontadas ou replicadas nas políticas penitenciárias em voga nas regiões de fronteira, como acontece na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. Essa unidade é um território prisional que guarda todos os aspectos de assimetrias e simetrias conjunturais, representações, relações de poder, trocas materiais e simbólicas e aplicabilidade do aparato jurídico e securitário da fronteira onde está instalada (Medina Garcia, 2006). Mas também, sob outro prisma, pode ser um microcosmos insurgente das populações locais, que ao serem selecionadas ou recrutadas pelo crime, reagem às políticas exacerbadas de punição da pobreza (Wacquant, 2001)

que superlotam as penitenciárias brasileiras, compelidas pelo processo de desigualdade e empobrecimento social vivenciado no Brasil, com reflexos, naturalmente, em Foz do Iguaçu.

Dessa forma, resta discutir o quão significativo seria a influência da conjuntura da fronteira na população carcerária da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, quem são essas pessoas? objeto de estudo da próxima seção.

III Mulheres privadas de liberdade: quem são e por quê?

Antes de ingressar no ponto central de discussão sobre as complexas dinâmicas que conduzem as mulheres ao cárcere em Foz do Iguaçu, é necessário compreender as peculiaridades da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e da sua territorialidade. Visto que o ambiente carcerário não é um espaço neutro, mas uma construção social que molda as experiências e trajetórias das mulheres privadas de liberdade. Analisar as características desse território permite vislumbrar as condições de vida, as relações de poder e as dinâmicas sociais que se estabelecem no interior da unidade prisional e fora dela, oferecendo pistas cruciais para compreender os desafios enfrentados pelas internas e os fatores que as levaram até ali.

Haesbaert (2007) defende que o território se constitui a partir de uma apropriação social, em que os atores interagem entre si e com o espaço para produzirem e viverem, em um complexo de relações materiais e imateriais que reforçam ou moldam identidades sociais. Duas dimensões estão justapostas neste processo: uma subjetiva das identidades e simbolismos, que afloram dos grupos que vivem e transformam o território e, também, uma out

ra objetiva, mais funcional de uso, conectada aos aspectos políticos, econômicos e legais, capitaneados pelo Estado e/ou grupo econômicos (Haesbaert, 2007). Na prisão, esse espaço-tempo vivido e suas dimensões também estão presentes.

Dessa forma, a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, formalmente criada em 2018, constitui-se em uma instituição prisional, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, região da tríplice fronteira: Brasil – Paraguai – Argentina, destinada a mulheres

condenadas e presas provisórias⁶. Com capacidade de lotação de 280 internas, a unidade possui características singulares que a destaca das demais penitenciárias do estado do PR, em virtude do esforço metodológico em buscar da ressocialização das detentas, com o oferecimento de diversas oportunidades de trabalho e estudo, visando superar o processo de reincidência criminal e promover a ressocialização das pessoas privadas de liberdade, de forma humanizada.

Essa metodologia aplicada, denominada Unidade de Progressão (UP), é fundamentada no movimento de Justiça Restaurativa, visando promover a conciliação social, a partir ações dialógicas entre os envolvidos (vítima, autor, justiça e sociedade), composição dos danos e responsabilização humanizada, com vistas a uma restauração integral de todos (Nery, 2012).

A estrutura da penitenciária possui ambientes laborais e educacionais, que entre outras atividades, proporcionam diversos cursos regulares e profissionalizantes. Também há canteiros de trabalhos onde as atividades práticas dos cursos profissionalizantes são desenvolvidas e produtos específicos (artesanato, material de higiene pessoal, roupas etc.) são fabricados e disponibilizados às empresas privadas cooperadas (Palma, 2024).

Todos os trabalhos (laborais, educacionais, administrativo e segurança) são conduzidos por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais de saúde, assistência social, funcionários terceirizados e policiais penais, que integrados, exercem atividades essenciais na jornada de ressocialização e preparação das mulheres para o retorno à vida em liberdade (Palma, 2024).

Mesmo com todos os esforços metodológicos, estruturais e a inexistência de superlotação, que por si só, já são patamares evolutivos importantes, quando comparados à realidade carcerária brasileira⁷ recheada de ausências e limitações, ainda persistem alguns desafios à unidade prisional iguaçuense, especialmente vinculados à deficiência na seleção, a não separação das internas (sentenciadas e provisórias) e outros elementos deficitários objetivos e subjetivos que moldam as experiências das mulheres

⁶ Pessoas detidas provisoriamente em virtude de flagrante delito, prisão preventivamente, presas temporárias, pronunciadas em crimes de competência do Tribunal do Júri e condenadas por sentença recorrível.

⁷ Dados do Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN (2024). Déficit de vagas prisionais de 155.283, no Brasil.

encarceradas, questões que precisam ser consideradas para compreender como o ambiente interno e externo influenciam as trajetórias das detentas.

Ao mapear e analisar esses elementos deficitários, é possível identificar perfis, oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres privadas de liberdade, bem como questões relacionadas à metodologia de tratamento penal na UP. Os principais dados sobre essas questões estão disponíveis no Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), referente a julho de 2024. As informações analisadas dizem respeito às 279 internas da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, que representam 15% do total de mulheres encarceradas no estado do Paraná, o qual possui 1.791 mulheres presas. O estado do Paraná conta, atualmente, com uma população carcerária de 34.308 pessoas (entre homens e mulheres), o que corresponde a 5,33% da população carcerária brasileira. As tabelas de dados que serão apresentadas incluem informações nacionais sobre as 26.148 mulheres privadas de liberdade no Brasil, referente ao mesmo período (julho de 2024), servindo como elemento comparativo para demonstrar que a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu segue uma tendência nacional nos aspectos que serão analisados a seguir (Sisdepen, 2024).

As mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu apresentam características reveladoras, que evidenciam conexões com fatores como baixa escolaridade, pobreza, desigualdade social, desestruturação familiar, violência e envolvimento em crimes fronteiriços. Esses elementos, quando combinados, são determinantes na formação do estigma carcerário, considerado a principal barreira para a efetiva reintegração social de pessoas egressas do sistema penitenciário (Chamorro, 2023).

De modo geral, as mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu têm entre 25 e 45 anos (68%), sendo que 6 delas possuem mais de 60 anos. Trata-se, em sua maioria, de pessoas jovens, sem renda, com histórico de trabalho em atividades que exigem baixa escolaridade e oferecem remuneração básica, como serviços domésticos, prestação de serviços no comércio, agricultura de subsistência, vendas autônomas e atividades relacionadas ao comércio de importados no Paraguai. A maioria delas possui de 2 a 4 filhos (52%), e há, atualmente, 12 mulheres gestantes e 1 lactante entre as internas. A tabela 1, a seguir, ilustra esses dados e sua correspondência com o contexto nacional.

Tabela 1 – Comparativo de faixa etária das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguacu e nacional

Anos	Foz do Iguacu	% local	Nacional	% nacional
18-24	46	16,49	4207	16,09
25-29	67	24,01	5248	20,07
30-34	54	19,35	4858	18,58
35-45	69	24,73	7834	29,96
46-60	37	13,26	3282	12,55
61-70	6	2,15	366	1,40
+ 70	0	0,00	45	0,17
Não informado	0	0,00	308	1,18
Total	279	1,07	26148	4,07

Fonte: Sisdepen (2024).

Pelo menos 40% das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguacu são provenientes de outras cidades do estado do Paraná, incluindo 6 estrangeiras (5 paraguaias e 1 argentina)⁸. Essas mulheres foram transferidas para a Penitenciária Feminina de Foz do Iguacu por meio de medidas administrativas de realocação de internas, com o objetivo de preencher vagas e evitar a superlotação em outras unidades. Esse dado também revela fatores relacionados à ausência ou distanciamento familiar, que enfraquecem o apoio emocional e afetivo, dificultando a reintegração social. A maioria dessas mulheres é branca ou parda (64%), refletindo uma tendência nacional quanto à cor/etnia e à presença de estrangeiras, como mostrado na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Quantitativo de mulheres privadas de liberdade por cor/etnia/estrangeiro: Foz do Iguacu e nacional

Cor/Etnia/Estrangeiro	Foz do Iguacu	% local	Nacional	% nacional
Amarelo	0	0,00	116	0,44
Preta	12	4,30	3537	13,53
Parda	88	31,54	12822	49,04
Indígena	0	0,00	82	0,85
Branca	92	32,97	8459	32,35
Estrangeiro	6	2,15	269	1,03
Não informado	81	29,03	863	3,30

Fonte: Sisdepen (2024).

⁸ Não há indígenas ou pessoas com necessidades especiais entre as mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguacu.

Em relação ao grau de escolaridade, o dado mais preocupante indica que 41% das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu não completaram o ensino fundamental, refletindo uma tendência nacional, conforme apresentado a seguir na tabela 3. Além disso, a falta de informações educacionais sobre mais de 16% das internas é um fator limitador, pois dificulta a avaliação e o desenvolvimento de iniciativas educativas voltadas para essas mulheres. Apesar das diversas oportunidades oferecidas na unidade prisional, incluindo cursos profissionalizantes, educação básica, e ensino médio/superior, que atualmente envolvem 180 internas em atividades de estudo e 171 em atividades laborais (Palma, 2024), o nível geral de escolaridade continua baixo. Isso gera uma série de dificuldades, como restrições no âmbito profissional, menor acesso ao mercado de trabalho, renda insuficiente, ampliação das desigualdades econômicas, aumento das vulnerabilidades sociais e maior suscetibilidade ao recrutamento por organizações criminosas, resultando em uma reincidência frequente em crimes transfronteiriços (Cardin, 2012).

Tabela 3 – Comparativo de grau de escolaridade das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu e nacional

Grau	Foz do Iguaçu	% local	Nacional	% nacional
Analfabeto	0	0,00	1023	3,91
Fundamental incompleto	115	41,22	10321	39,47
Fundamental completo	20	7,17	2457	9,40
Médio incompleto	54	19,35	4903	18,75
Médio completo	28	10,04	4968	19,00
Superior incompleto	10	3,58	680	2,60
Superior completo	5	0,89	497	1,90
Acima do superior	0	0,00	31	0,12
Sem informação	47	16,85	1268	4,85

Fonte: Sisdepen (2024).

Os dados mais reveladores dizem respeito à questão criminal. Pelo menos 70% das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu foram condenadas por envolvimento com o tráfico de drogas, seguidas por 15% relacionadas a crimes patrimoniais (roubo) e 10% por crimes contra a vida (homicídio), refletindo, em grande parte, uma tendência nacional. No

entanto, o índice de envolvimento com o tráfico de drogas em Foz do Iguaçu é significativamente superior ao padrão nacional, como mostrado na tabela 4. Esse aumento provavelmente está relacionado ao contexto fronteiriço da região, um tema que será abordado em detalhe na próxima seção desta pesquisa.

Tabela 4 – Comparativo dos principais crimes praticados pelas mulheres em Foz do Iguaçu e nacional

Tipo	Foz do Iguaçu	% local	Nacional	% nacional
Tráfico de Drogas	196	70,25	13829	52,89
Roubo	42	15,05	3517	13,45
Homicídio	28	10,04	3465	13,25
Outros	13	4,66	5337	20,41

Fonte: Sisdepen (2024).

Aproximadamente 52% dessas mulheres de Foz do Iguaçu cumprem penas que variam de 9 a 30 anos de prisão, o que corresponde a pelo menos 147 pessoas. Devido ao longo período de encarceramento, essas mulheres passam por um processo de destruição de sua identidade anterior e de construção de uma nova identidade prisional, caracterizado pela despersonalização, pelo agravamento das vulnerabilidades sociais pré-existentes e pela aquisição do estigma carcerário, conforme os prognósticos de Goffman (1980) sobre os efeitos nefastos da convivência prolongada no ambiente prisional. A tabela 5 a seguir revela uma uniformidade de indicadores sobre o tempo de pena, exceto nas condenações de 8 a 15 anos, em que os números de Foz do Iguaçu são sensivelmente maiores, provavelmente devido às sentenças relacionadas ao tráfico de drogas⁹.

⁹ A Lei 11343/2006, art. 33 – penas que variam de 5 a 15 anos para o tráfico de drogas.

Tabela 5 – Demonstrativo de tempo de condenação das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu e nacional

Tempo	Foz do Iguaçu	% local	Nacional	% nacional
Até 6 meses	0	0,00	1138	4,35
6 meses 1 ano	0	0,00	96	0,37
1 a 2 anos	0	0,00	286	1,09
2 a 4 anos	33	11,83	836	3,20
4 a 8 anos	41	14,70	3799	14,53
8 a 15 anos	77	27,60	3803	14,54
15 a 20 anos	43	15,41	1618	6,19
20 a 30 anos	27	9,68	1242	4,75
30 a 50 anos	11	3,94	432	1,65
50 a 100 anos	1	0,36	109	0,42
+ 100 anos	1	0,36	39	0,15
Não informado	0	0,00	12750	48,76
Prisão provisória	45	16,13		

Fonte: Sisdepen (2024).

Em resumo, é possível traçar o perfil atual das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu como pessoas brancas e pardas, jovens, mães de família, de origem nacional diversa, com escolaridade reduzida, que antes do encarceramento exerciam atividades de baixa qualificação ou estavam desempregadas, ausência de renda, e na sua maioria envolvidas com o tráfico de drogas. No entanto, como constatado, o tráfico de drogas é um elemento essencial e comum no processo de aprisionamento feminino em Foz do Iguaçu, questão que merece maior aprofundamento, conforme seção subsequente.

IV O pêndulo da criminalização e encarceramento feminino

Nas discussões da seção anterior, ficou exposto que o tráfico de drogas foi o principal componente que uniu essas mulheres no território prisional. Essa constatação exige que se busque identificar alguns elementos essenciais desse movimento que as transportou, da sociedade livre ao cárcere. Neste sentido, propõe-se uma abordagem tridimensional que aborde o recrudescimento penal relacionado às drogas, a sedução exercida pelos ilegalismos de fronteira e as condições socioeconômicas e emocionais das mulheres encarceradas. Esses componentes interligados afetam cada indivíduo de maneiras diferentes e com variadas intensidades, como ocorre, simbolicamente, no fenômeno físico do pêndulo, quando sofre oscilações de movimentos em virtude da ação combinada irregular da força gravitacional, da tensão do fio e da força de arrasto do ar.

O primeiro ponto de movimentação do que se propõe chamar de a “trajetória pendular do tráfico de drogas”, aconteceu com o recrudescimento das políticas penais sobre drogas engendradas no Brasil, nas décadas de 1970¹⁰ e 1980, em virtude de acordos com os Estados Unidos da América e adesão ao conjunto de ações estruturais lançadas por este país em toda a América Latina, objetivando combater o tráfico e o consumo de drogas ilícitas, especialmente aquelas drogas direcionadas ao consumo interno estadunidense (Fraga, 2007). As ações de combate às drogas desencadearam no Brasil uma escalada de encarceramento em massa e criminalização ampliada de pessoas envolvidas com o tráfico e comportamentos afins, que penalizaram diversas condutas e estabeleceram como ilegais centenas de princípios químicos ativos, definidos em regulamentação infralegal¹¹.

Essa postura política e burocrática estatal proporcionou a constituição de processos cada vez mais rígidos de criminalização, policiamento, judicialização e consequente encarceramento, na ordem de 27,9% ao ano (Chamorro; De Oliveira; Do Nascimento, 2024), que elevou o Brasil à posição de 3º lugar em aprisionamento mundial (WPB, 2019). Como efeito colateral, na esteira do problema de encarceramento em massa, advieram as facções criminosas, que passaram a exercer um poder paralelo

¹⁰ Lei 6.368/1976.

¹¹ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html

dentro e fora dos presídios, estabelecendo uma territorialidade prisional própria. O Comando Vermelho (CV), oriundo das prisões do Rio de Janeiro na década de 1970, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), criado em 1993, nas prisões paulistas, surgiram como as principais organizações no comando factual de grande parte dos presídios brasileiros, com ramificações criminosas extramuros nos mercados ilegais do Brasil, especialmente o tráfico de drogas, com alcance transnacional (Rodrigues; Feltran; Zambon, 2003).

As operações ilícitas das facções funcionam como verdadeiros empreendimentos criminosos, buscando lucro tanto em mercados legais quanto ilegais. Seus negócios são sustentados pela violência, pelo controle territorial e pelo recrutamento constante, especialmente dentro das prisões. Essa dinâmica é caracterizada por uma racionalidade econômica, onde custos e benefícios são constantemente avaliados para maximizar os lucros (Albanese, 2014).

Essa roupagem empreendedora do crime abre espaço para discutir a segunda força pendular do tráfico de drogas: a atração exercida pelas atividades ilícitas na fronteira, especialmente na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

A tríplice fronteira é composta pelos municípios Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina). Particularmente a cidade paraguaia, ao longo do seu desenvolvimento, tornou-se um importante centro de compras para brasileiros, oferecendo uma vasta gama de produtos importados, em um mercado dinâmico e pujante economicamente, envolvendo uma complexa rede de movimentação de produtos, compristas e vendedores de várias nacionalidades, trabalhadores, logística entre portos e países, fornecedores mundiais, distribuidores, sistema financeiro e câmbio, com reflexos em todo o Cone Sul¹². Mas também, atraiu muitos ilegalismos como contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de capitais, falsificação de produtos etc., com abrangência mundial (Rabossi, 2015).

Foi justamente por conta das cadeias logísticas, legais e ilegais, e a grande movimentação de ativos financeiros, em um típico movimento globalizante (Naím, 2006), que a região da tríplice fronteira tornou-se um atraente polo de distribuição de drogas, especificamente maconha e derivados da cocaína, provenientes de países da América do Sul. Os grupos

¹² Cone Sul é uma região geográfica e econômica da América do Sul, formada pelos países localizados no extremo sul do continente.

criminais buscam, a partir dos principais países produtores (Paraguai, Colômbia, Bolívia, Peru e o próprio Brasil), ingressar com as drogas nos mercados consumidores brasileiro e internacionais (Ásia, Europa e América do Norte), valendo-se das malhas rodoviárias e portos do Brasil, em um movimento Oeste – Leste, desfrutando das mesmas rotas de transportes utilizadas pelo comércio regular de exportação (Unodc, 2023).

A mobilidade internacional, tanto no que se refere aos novos processos tecnológicos de comunicação, transferência e conversão de capitais e cadeias logísticas mundiais, a partir da fronteira, trouxe grandes oportunidades aos grupos criminais, que souberam explorar as facilidades de interação dos mercados globais, ausências estatais na fiscalização e controle, e as conveniências e deficiências socioeconômicas da região (Naím, 2006).

Uma dessas “conveniências e deficiências” regionais é retratada no recrutamento de transportadores de drogas, em processos cada vez mais dinâmicos e descentralizados. Muitos deles, já possuem uma rotina de movimentação no mercado de trabalho informal do comércio de eletrônicos e demais mercadorias legais na fronteira, e são cooptados/seduzidos pelos altos valores pagos pelo tráfico de drogas para que assumam os riscos dos transportes de entorpecentes, especialmente nas zonas mais aproximadas da faixa de fronteira, que inclusive são os pontos de maior observação das forças policiais (Naím, 2006; Cardin, 2012; Albanese, 2014).

Essas pessoas, de forma geral, possuem baixa qualificação profissional e educacional, dificuldades para adquirirem renda regular ou uma posição formal no mercado trabalho. Na sua maioria, são jovens que buscam maior rentabilidade, flexibilidade de horário e vantagens, inclusive de ordem simbólica e moral, como poder e reconhecimento social (Cardin, 2012). Esse perfil do jovem trabalhador informal da fronteira, atraído pelos ganhos do tráfico, está exatamente reproduzido no perfil da maioria das mulheres presas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu.

Contudo, ainda há uma terceira força pendular, talvez a mais subjetiva, que exerce grande influência no processo de encarceramento feminino em Foz do Iguaçu, conectada com as condições socioeconômicas e emocionais das mulheres. O primeiro aspecto desse componente é a forma como as organizações criminosas dividem as forças de trabalho no mundo do tráfico. As mulheres, são relegadas as funções de nível inferior, como transportadoras (mulas) e vendedoras de pequenas quantidades de

drogas, o que potencializa os riscos de serem flagradas pelas forças policiais. Essa submissão acontece, em grande parte, devido ao retorno financeiro imediato pelo “trabalho” realizado. Quanto mais arriscado, maior a contrapartida financeira e maiores são as chances de serem capturadas. As dificuldades econômicas pessoais, familiares e a necessidade de prover o mínimo existencial dos filhos são os principais motivadores dessas condutas (Rodrigues, 2009; Santoro; Pereira; De Lara, 2018; Martins, 2020).

O segundo aspecto diz respeito ao vínculo emocional com os companheiros já envolvidos no mundo do tráfico de drogas. Muitas delas são instadas ou obrigadas a participarem das empreitadas criminosas como associadas ou apoiadoras, a fim de manterem os laços familiares e afetivos. Em outras situações, acabam assumindo a linha de frente das atividades anteriormente exercidas pelos companheiros presos, como substitutas naturais; mas sempre recebendo orientações advindas do mundo carcerário (Barcinski, 2009; Santoro; Pereira; De Lara, 2018).

Um último aspecto, de ordem psicossocial, tem relação com questões de invisibilidade social e opressão patriarcal presentes na sociedade, que direcionam as mulheres ao tráfico como recurso de fuga, ascensão social e sentimento de pertencimento, geralmente vinculado aos grupos criminais que povoam as zonas periféricas das cidades onde essas mulheres residem. Uma espécie de adesão à territorialidade criminal instalada, submetendo-se à relação de poder posta (Raffestin, 1993; Barcinski, 2009).

Todas estas questões discutidas nesta seção, portanto, deixam claro que existe uma relação entre o tráfico de drogas e o encarceramento feminino em Foz do Iguaçu, marcada por forças tridimensionais que agem conjuntamente, conectadas à exacerbação criminal das condutas, aspectos ligados aos ilegalismos de fronteira e as vulnerabilidades socioeconômica e emocional dessas mulheres. Tais constatações exigem um olhar mais empático e ações integradas dos formuladores e executores de políticas públicas penitenciárias. É preciso investir em programas de recuperação social que contemplam não apenas a ressocialização, mas também o tratamento das causas subjacentes ao envolvimento com o crime, com caminhos que vão além da mera punição criminal.

V Considerações finais

Os desafios impostos ao processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu possuem raízes nos aspectos expansionista e segregadores da fronteira trinacional, especialmente marcada pelos mecanismos de controle, vigilância e exacerbação da criminalização e penalização dos ilegalismos, que ignoram as vulnerabilidades socioeconômicas, ausências estatais e a própria territorialidade e identidade das pessoas da fronteira.

Novos esforços metodológicos de reabilitação social, materializados nas diversas ações implementadas na Unidade de Progressão de Foz do Iguaçu, estão em curso para resgatar as mulheres presas e fazer com que elas não cometam mais crimes (reincidência). Contudo, as mesmas forças pendulares que as levaram ao cárcere, ainda estão presentes e precisam ser debeladas ou, pelo menos, mitigadas. Esse confronto, necessariamente, deve enfrentar as limitações socioeconômicas, as desigualdades sociais, os desarranjos familiares, a falta de qualificação profissional, a baixa escolaridade, a ausência de renda e de trabalho formal, a constância de necessidades básicas e existenciais vivenciadas por filhos e familiares dessas presas, a invisibilidade social, os processos de estigma carcerário e a fragilidade emocional. Todos esses traços, presentes de forma geral no perfil das mulheres presas da fronteira, são fatores que potencializam o ingresso e manutenção dessas pessoas nas fileiras do tráfico de drogas.

Neste sentido, as deficiências e ausências retratadas tornam essas mulheres altamente suscetíveis aos "encantos" do lucro fácil e rápido dos ilegalismos fronteiriços, especialmente o tráfico de drogas e sua vasta rede criminosa. Prontas para serem seduzidas pelo "canto da sereia", uma alusão simbólica à Odisseia, de Homero, onde as sereias do mar Mediterrâneo ecoam seus cantos sedutores para atrair marinheiros desavisados à morte, essas mulheres enfrentam uma trajetória perigosa. É crucial interromper esse processo sedutor!

Contudo, a ambiência de fronteira e a forma como os diversos atores vivenciam essa territorialidade também são importantes. É necessário compreender, conforme ensinamentos de Élisée Reclus (1878), que é preciso estabelecer uma cultura universalista de paz, de harmonia e de acolhimento (Andrade, 1985; Giblin, 2016), que transcendam as meras políticas de controle e repressão atualmente em vigor. Transformar as

fronteiras de barreiras segregadoras em pontos de encontro, de cooperação, de solidariedade e de respeito mútuo, valores que podem orientar a modificação das regiões fronteiriças para espaços de convivência pacífica e inclusiva (Cleminson, 2007; Ferretti, 2014). Auxiliando, inclusive, no afastamento dos grupos criminosos que se ocultam e trafegam livremente pelo emaranhado normativo e comportamental dos atrasados preceitos securitários nacionalistas.

Diante da análise dessas questões, esta investigação buscou compreender como os aspectos sociais, econômicos e securitários da tríplice fronteira - Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguazu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina) manifestam-se nas pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Feminina de Foz do Iguazu e quais os seus possíveis impactos na vida dessas mulheres.

Destarte, como resultado, a pesquisa alcançou analisar e explicar que as políticas fronteiriças vinculadas aos movimentos expansionistas e separatistas são replicadas no ambiente carcerário feminino de Foz do Iguazu, vez que esse território guarda todas as assimetrias e simetrias conjunturais existentes na fronteira. Essas questões são concretizadas no perfil vulnerável das mulheres privadas de liberdade, que na sua maioria se envolveram no tráfico de drogas, com o auxílio de forças tridimensionais, que possuem componentes de exacerbação criminal, ilegalismos de fronteira e fragilidades socioeconômica e emocionais.

Neste sentido, conclui-se que a conjuntura socioeconômica e criminal da tríplice fronteira pode influenciar na vida das mulheres vulneráveis da fronteira e na eficácia da metodologia UP, portanto tais componentes devem ser avaliados no processo de punição e recuperação.

A implicação imediata deste trabalho investigativo é o reconhecimento da necessidade de uma mudança de paradigma nas relações e ações fronteiriças, especialmente na tríplice fronteira, que deve abandonar comportamentos separatistas e expansionistas, passando a valorizar as diferenças culturais, sociais e os costumes locais, na construção de uma sociedade mais global, justa, igualitária e pacífica. Em última análise, construir um ambiente fronteiriço mais humano e inclusivo, com empatia e cooperação, onde todos e todas possam viver com dignidade e respeito.

Isto posto, a pergunta de pesquisa foi respondida, confirmando que os aspectos fronteiriços são determinantes para moldar a territorialidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguazu e impactar na vida das mulheres privadas de liberdade e na aplicação da metodologia UP.

Importante pontuar que a abordagem qualitativa e a análise triangular dos principais conceitos e teorias aflorados na fundamentação teórica, documentos, análise dos dados da população carcerária do estado do PR e da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, buscaram esquivar-se de repetidos estudos descritivos sobre conceitos de fronteira, métodos de tratamento penal ou replicações de estudos anteriores, trazendo correlações e questões consequenciais atuais da fronteira trinacional e das mulheres presas em Foz do Iguaçu, sendo essas as principais contribuições teóricas da pesquisa. Da mesma forma, julga-se importante a discussão sobre aspectos gerenciais e operacionais das políticas de fronteira e a forma como as autoridades políticas, erroneamente, vêm entendendo a fronteira brasileira, valendo-se de preceitos teóricos já superados. Por isso, compreende-se que essa nova abordagem pode subsidiar futuros estudos ou aprofundamentos de outros pesquisadores.

Contudo, há aspectos importantes que precisam ser melhor investigados, tais como: a existência de uma rede de apoio às egressas da penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, as dimensões e efetividade dessas atividades de acolhimento e os aspectos da construção e desconstrução do estigma carcerário em Foz do Iguaçu, sendo estas, novas perspectivas e objetos de pesquisa para futuros estudos.

Referências:

ÁGUAS, C. L. P. A tripla face da fronteira: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. In: **Forum Sociológico. Série II**. CESNOVA, 2013.

ALBANESE, J. **Organized crime: From the mob to transnational organized crime**. Routledge, 2014.

ANDRADE, M. C. (org). **Élisée Reclus**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1843-1853, 2009.

BOGO C. L. A.; ROTTA ALMEIDA, B. Mortes sob custódia prisional no Brasil. Prisões que matam; mortes que pouco importam. **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. 45, p. 67-90, 2019.

BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu avec Lœic Wacquant; réponses. **Pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018.

CARDIN, E. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Revista Geopolíticas**, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012

CHAMORRO, V. J. L. **O enfrentamento da reincidência criminal em Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Pública e Desenvolvimento – Unila. Foz do Iguaçu. 2023.

CHAMORRO, V. J. L.; DE OLIVEIRA, G. B.; DO NASCIMENTO, Daniel Teotonio. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC): uma alternativa para enfrentar a criminalidade e a reincidência penal no Brasil. **ETS SCIENTIA-Revista Interdisciplinar**, v. 2, n. 2, p. 25-66, 2024.

CLEMINSON, R. Anarchy, Geography, Modernity: The radical social thought of Elisee Reclus. **Anarchist Studies**, vol. 15, no. 1, spring-summer 2007.

EVA, Fabrizio. Élisée reclus: ideias úteis para análises geopolíticas contemporâneas. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 8, 2005.

FERRETTI, F. **As origens da noção de “fronteiras móveis”**: limites Políticos e Migrações nas Geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus. Continentes (UFRRJ), 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 40ª edição, 2012.

FRAGA, P. C. P. A geopolítica das drogas na América Latina. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 67-88, 2007.

FRIEDMAN, S. S.; MOREIRA, J. P. O falar da fronteira, o hibridismo e a performatividade: Teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 61, p. 5-28, 2001.

GEDIEL, J. A. P.; MENDES BARBOSA, F. C. Fronteira: trânsitos, sentidos e dissensos compartilhados. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 30, n. 56, p. 143–156, 2021.

GIBLIN, B. **Élisée Reclus**. Terra Brasilis (Nova Série), Dez. 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: 2007, p. 93-123.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, v. 3, p. 7-39, 1997.

MARTINS, C. B. Trabalho Invisível e Ilícito: reflexões criminológicas críticas e feministas do aumento do encarceramento de mulheres por tráfico de drogas no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 2635-2668, 2020.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2019.

MEDINA GARCIA, E. Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales. **Estud. Front.** Mexicali, v. 7, n. 13, p. 9-27, jun. 2006.

NAÍM, M. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Zahar, 2006.

NERY, D. C. P. **A Justiça Restaurativa como alternativa de controle social sob a ótica do direito penal do cidadão**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito – PUC-SP. 2012.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteiras: a divisão da fraternidade no mundo. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 25–39, 2011.

PALMA, A. D. **A linguagem do cárcere: um mapeamento linguístico da penitenciária feminina de Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação em Ensino – Unioeste. 2024.

RABOSSI, F. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, p. 405-434, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, Élisée. **Nouvelle Geographie Universale**. Tomo III. Paris: Librairie Hachette, 1878. Bibliothèque Nationale de France, BNF. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6542575k>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RODRIGUES, F. J.; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. **Novos estudos CEBRAP**, v. 42, n. 1, p. 11-18, 2023.

RODRIGUEZ, M. N. Mulheres na prisão Uma abordagem a partir de uma Perspectiva de Gênero. In: CARRANZA, Elias (Org.). **Cárcere e Justiça Penal na América Latina e Caribe**: como implementar o modelo de direitos e obrigações das Nações Unidas. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009.

SANTORO, A. E. R.; PEREIRA, A. C. A.; DE LARA, M. B. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 13, n. 1, p. 87-112, 2018.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SISDEPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Levantamento de Informações Penitenciárias**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em: 20 nov. 2024.

TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. Edição Dover, Nova York, Editora Dover, 2010.

UNODC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2023.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.

WPB. World Prison Brief, Institute for Crime & Justice Policy Research. **World Prison Population List. thirteenth edition**. Helen Fair and Roy Walmsley. 2019.